Jackeline Ferreira Sarmento [1]

Salatiel da Rocha Gomes. [2]

RESUMO

O presente artigo apresenta um relato de como as instituições escolares e professores utilizam a avaliação em sua prática cotidiana. Seguido de um breve relato histórico da prática avaliativa, desde a chegada dos Jesuítas ao Brasil, passando pela Pedagogia Comeniana, até a nova nomenclatura dada por Ralph W. Tyler, finalizando com o resgate da avaliação da aprendizagem como instrumento de construção do processo de ensino-aprendizagem, utilizando como sustentação teórica os autores Cipriano Carlos Luckesi (2002) e Léa Depresbiteris (2007). Nosso percurso metodológico caminhou por um estudo bibliográfico, de abordagem qualitativa, sustentado em Gil (2002). Destaca-se a avaliação com um ato amoroso, que merece ainda muitas reflexões no campo pedagógico, uma vez que pode se tornar um instrumento que possibilita produção de conhecimento, como também de reprodução. Longe de ser esgotado, o tema Avaliação vem sendo refletido continuamente. Consideramos mais um “tijolo”, na construção desse prédio do conhecimento. Esse estudo é fruto de uma inquietude que temos em nossos cotidianos escolares, em nossas práticas pedagógicas e percepção nos contextos escolares, que por sua vez, em alguns momentos, torna-se, inclusive, angustiante.

Palavras-chave: Avaliação. Instrumentos. Construção.

INTRODUÇÃO

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem é o momento de reflexão e diagnóstico de pensar a prática para depois retornar a ela, onde o professor verificará o aprendizado do aluno, com a intenção de propiciar o seu crescimento acadêmico. Luckesi (2002) sublinha que a definição mais comum e adequada, encontrada em manuais, estipula que a avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão. Este é o conceito de avaliação defendido por muitos estudiosos que tratam do assunto, mas a prática educativa se apresenta com outra realidade avaliativa.

Quando não pensamos em uma avaliação significativa negamos a essência do que entendemos por educação. Ao se negar a educação nega-se também a oportunidade de se alcançar o mérito, de alcançar melhores condições de vida. A seleção que antes acontecia dentro da escola hoje ocorre antes mesmo de se chegar a ela, as desigualdades escolares são antecedidas das desigualdades sociais, assim a escola justa requer também uma sociedade justa que dê ao indivíduo condições de ingressar na escola e de lá encontrar um ambiente que possibilite a sua formação. Só assim podermos começar a pensar numa ainda fictícia justiça escolar.

1 Avaliação escolar: uma retomada aos conceitos

A avaliação desperta diversas impressões, relatos, lembranças, sejam agradáveis ou desagradáveis. Fazendo um pequeno retrospecto, avaliar “era” concebido como algo pontual que media o aprendizado do aluno no momento da aplicação da prova, o resultado era expresso em forma de nota que poderia ser positiva (azul) ou negativa (vermelho).

A prova chegou a ter cheiro, o cheiro do álcool usado para mimeografar as tão temidas avaliações, depois passou a ter preço, visto que era preciso pagar as cópias tiradas pelo professor. Estudar para prova significava decorar uma série de conceitos, fórmulas, respostas prontas de longos questionários. Quando não se conseguia decorar tudo, recorria-se as famosas “colas” escritas em papéis minúsculos, ou mesmo nas borrachas, dentro das canetas e em último caso nas carteiras.

O momento da avaliação era precedido de um verdadeiro ritual, tenso e que nada lembrava um processo de aprendizagem, visto que após a prova tudo o que foi decorado era facilmente esquecido.

O que nos deixa mais tristes enquanto educadores é pensar que as cenas relatadas acima ainda se repetem em salas de aula espalhadas por nosso país, a prova está nas carteiras rabiscadas e paredes totalmente riscadas.

Hoje entende-se avaliação como um processo contínuo, não como momento pontual, mas processual, onde o avaliado não é somente o aluno mas também o professor, visto que busca-se avaliar o processo de ensino e aprendizagem. Em relação à avaliação do docente, destacamos o pensamento que se teve um grande *boom* no Brasil, principalmente na década de 90: o professor Reflexivo; que deve refletir
na
e
sobre
a sua própria prática (PERRENOUND, 2002; TARDIF (2002); ZEICHNER (1998), autores que convergem inclusive com o grande pensador brasileiro Paulo Freire. A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando bláblablá e a prática, ativismo. (FREIRE, 1996, p. 22).

O ato de avaliar busca situar o aluno dentro da realidade vivida, ou em outras palavras dentro da diversidade cultural em que o aluno se encontra inserido. Muda-se o conceito, o professor tenta se adequar a estas mudanças, mas fica a reflexão: quando mudará o sistema? Uma escola que queira ser menos injusta deve sair da visão de somente transmissora de conhecimentos, que deseja mudar. Segundo Dubet (2008, p 95).

Além dos conhecimentos, das competências e de sua utilidade social, a escola produz um bem educativo particular que é a formação dos indivíduos como sujeitos capazes de dominar sua vida, de construir suas capacidades subjetivas de confiança em si e de confiança em outrem.

Diferente da perspectiva que Dubet acima colocou, a avaliação no enfoque tradicional, tem a quantificação como aspecto mais importante. Provas escritas, orais e transcrições reais de conteúdos repassados pelo professor caracterizam um conhecimento dito ”correto”. O conhecimento, nessa concepção pedagógica, precisa ser quantificável, em um rigor conceitual, homologado através de notas. Não se valorizam a criação de novos pensamentos, principalmente os autônomos e críticos dos alunos, assim como também a reconstrução de conhecimentos e a valorização da leitura de mundo desse aluno. Nesse paradigma pedagógico, a avaliação não tem uma intenção dialógica, pluralista e construtivista, se limita apenas nos enfoques somativos e classificatórios.

A avaliação na perspectiva da abordagem critico-reflexivo, tem o docente como aquele que procura valorizar de forma qualitativa as ideias e pensamentos do aluno. Preocupa-se, primordialmente, com a aprendizagem significativa do aluno através de um posicionamento

crítico do mesmo. Utiliza-se várias técnicas de avaliação, não se limitando às provas escritas que valorizam notas e acúmulo de conteúdos.

2 Discutindo avaliação no contexto atual

Na Educação Infantil, entende-se a avaliação como um processo contínuo, onde o papel do professor é o de observar e registrar o processo de aprendizagem dos alunos. Para realizar os registros o educador infantil é orientado a ter um caderno, uma espécie de diário, onde as observações pertinentes de cada aluno devem ser anotadas diariamente. Estas observações serão sistematizadas no parecer descritivo do aluno, que deve ser preenchido e entregue aos pais ao final de cada bimestre. Este parecer divide-se em dois pontos: Formação pessoal e social e Conhecimento de mundo.

As turmas de Educação Infantil são compostas por vinte e cinco alunos, ou seja, o professor deve preencher bimestralmente vinte e cinco pareceres, por turma. Na prática observam-se muitas dificuldades, a primeira diz respeito ao caderno de registro, não temos a prática de registrar o que acontece no nosso cotidiano, o caderno transformou-se em um a pedra no sapato de muitos professores da educação infantil, passando a ser visto como uma obrigação.

A segunda dificuldade esta na redação dos pareceres o que deveria ser individual e pessoal de cada aluno passou a ser a cópia de modelos prontos. De acordo com nossas observações sistemáticas, existem três modelos: um para os alunos considerados ótimos, outro para os alunos bons e um para os alunos regulares. Basta verificar onde cada aluno se enquadra e copiar o modelo pronto.

Esta é uma realidade que nos leva a reflexão, não basta apenas dizer que a avaliação é um processo contínuo, estabelecer novos instrumentos avaliativos, sem que haja uma mudança na práxis, no pensamento dos professores que ainda encontra-se enraizados nos modelos tradicionais de avaliação. Pensamos que a mudança perpassa o tripé da ação-reflexão-ação e o comprometimento de cada professor com a quebra de paradigmas.

Em outras esferas da educação básica, a aplicação de provas e testes passou a ser geradora de medo nos alunos e de autoritarismo, muitas vezes, exagerado de professores que utilizam o momento da avaliação para disciplinar e expor o seu poder, usando frases diretas do tipo: “Estudem, porque a prova será difícil!”, “Fiquem quietos, senão vou descontar nas provas!”, ou então “O dia da prova vem aí e vocês verão o que vai acontecer”. Sem contar que os alunos se preparam não para um dia de provas, mas para uma semana inteira de exames de todas as disciplinas, onde para não correr o risco de ser reprovado, todo o assunto estudado é lembrado, decorado e poucas vezes realmente assimilado.

Os instrumentos avaliativos passam a ser a própria avaliação, que serve para medir a aprendizagem e atribuir notas ou conceito aos alunos, notas essas que são obtidas sem preocupação com os meios. Logo após corrigir as provas, o professor dá por encerrado o processo e continua na unidade seguinte.

A realidade educativa que usa a educação como geradora de medo e autoritarismo é o reflexo da pedagogia Jesuítica e Comeniana. Para os Jesuítas, as provas e exames eram momentos solenes, os resultados eram comunicados publicamente depois de terem passado pela banca examinadora. E Comenius afirma que o medo é um excelente fator para manter a atenção dos alunos. São práticas sistematizadas deste o século XVI, onde temos 400 anos de prática de exames. Em 1930 o educador norte-americano Ralph Tyler atribuiu uma nova denominação: “Avaliação da Aprendizagem” para as provas e exames. Mas sabemos que a nova denominação não alterou em nada a prática.

O problema se concentra não nos instrumentos usados (testes, provas), visto que nenhum instrumento de avaliação é completo em si mesmo, mas em como os mesmos são empregados, com que intenção. Como o professor usará os dados obtidos por meio dos instrumentos? O professor que visa à avaliação em prol da aprendizagem do aluno, não recorrerá a “pedagogia do medo ou do autoritarismo”. Dar-se-á, então, um novo rumo à prática avaliativa, a coleta de dados será apoiada em uma intenção que dê sentido a essa coleta.

Depresbiteris(2007) enfatiza que:

Para cumprir a finalidade de introduzir melhorias neste processo, o professor deve pensar além dos instrumentos e seus resultados. È necessário que se apóie em uma intenção educacional que dê sentido à coleta de informações sobre o aluno. (Revista da Aprendizagem: p-38).

Partindo da idéia de que o ato de avaliar implica em acompanhamento e reorientação permanentes da aprendizagem, podemos dizer que o professor que tem a intenção de avaliar os seus alunos ajudando-os no processo de aprendizagem, usará os instrumentos avaliativos como uma coleta de dados que servirá não para medir ou atribuir notas, ou retira-las a cada erro encontrado, mas para reorientá-los buscando sua contínua melhoria.

Hadji (1994) afirma que “a virtude” formativa não está no instrumento, mas no uso que fazemos dele. Essa virtude está na atitude de colocar a avaliação a serviço da promoção e da melhoria da aprendizagem, buscando estratégias que concretizem uma maior qualidade educacional. (DEPRESBITERIS, 2007, p.39).

É importante frisarmos que o instrumento em si torna-se, quando o utilizamos adequadamente, meio pelo qual analisamos e interpretamos os resultados. O professor, muitas vezes, não é totalmente culpado, uma vez que existem escolas, que desejam verificar primordialmente as notas e muitas caracterizam o aluno bom pelas notas, e isto se presencia continuamente em nossas estruturas escolares. Sobretudo, existem outros fatores que ajudam com que os professores não mudem sua prática pedagógica dentro da sala de aula, e isso resulta em uma “escolha” de avaliação tradicional, meramente somativa, não investigativa.

Reiteramos, a necessidade de tornar os instrumentos de avaliação como fator chave para um bom desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem do aluno, e nesse ponto, frisamos o pensamento de Libâneo (1994, p.104) quando diz que: “a avaliação da aprendizagem é o âmbito da ação pedagógica em que os professores são mais resistentes à mudança”. Isso comprova que a escola apesar das mudanças que ocorreram ao longo do tempo, assim como a implantação, em algumas delas, de pedagogias construtivistas, ainda há necessidade de “quebrar” com algumas resistências tanto dos professores, quanto dos pais e da comunidade. Não é uma simples nota, conceito que qualifica ou desqualifica um aluno, integra ou desintegra, o torna bom ou ruim, mas a prática que ele vive diariamente dentro da sala de aula, as investigações por ele efetuadas, o professor nesse caso, tem o dever de intermediar esse conhecimento como algo contínuo de valorização e construção.

E sobre a Avaliação como construção do processo de aprendizagem, Luckesi, de maneira pontual afirma:

A construção, para efetivamente ser construção, necessita incluir, seja do ponto de vista individual, integrando a aprendizagem e o desenvolvimento do educando, seja do ponto de vista coletivo, integrando o educando num grupo de iguais, o todo da sociedade. (2002:175).

A aprendizagem é um processo de assimilação dos conhecimentos, portanto é uma construção e a avaliação auxilia neste processo. Utilizando o instrumento adequado é possível através dos dados coletados, verificar os pontos onde a aprendizagem não ocorreu, voltando a ele com a intenção de levar o aluno a assimilar e realmente aprender. Dentro desse processo de construção, exige-se uma nova postura do professor em sua prática, de um professor que educa pelo medo, para o professor que eduque pelo amor e progresso dos alunos. A respeito disso é importante finalizarmos como Luckesi que explica o ato amoroso de avaliar:

O ato de avaliar, por sua constituição mesmo, não se destina a um julgamento “definitivo” sobre

alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo à inclusão; destina-se à melhoria do ciclo de vida. Deste modo, por si, **é um ato amoroso**. (LUCKESI 2002, p.180. GRIFO NOSSO).

Incluir este deve ser o objetivo de cada professor, usar a avaliação não mais para diferenciar os melhores, qualificar e classificar por notas, excluindo os que não conseguem atingi-las, mas transformar o ato de avaliar numa parceria professor e aluno, onde ambos poderão se auto-avaliar, visto que a aprendizagem se dá nesta interação. Educar não mais pelo medo. Mas quem sabe tornar real as palavras ditas acima, transforma todo o processo em um ato amoroso.

CONSIDERAÇÕES (QUASE) FINAIS

A prática educativa relatada revela que não houve mudanças no ato de avaliar, vemos ainda em vigor, a herança jesuítica e comêniana de avaliar utilizando o autoritarismo e o medo, os professores transformaram-se em grandes mestres na “arte de examinar”, atribuir notas e contribuir com estatísticas, onde os instrumentos passaram a ser a própria avaliação.

Mudar esta realidade requer mudanças tanto na postura do professor, quanto ao uso dos instrumentos avaliativos. Essa mudança passa primeiro por uma reflexão do que é ser professor? Qual a sua função? A partir desta reflexão o professor terá dois caminhos o da permanência ou da mudança.

A permanência implica em manter por mais tempo um processo que já existe a mais de 400 anos, o de examinar para depois excluir. Porém o professor que optar pela mudança transformará o processo de ensino-aprendizagem em um ato amoroso, e a avaliação em um instrumento de construção deste processo, rompendo com paradigmas e partindo para uma prática consciente.

Refletir sobre a avaliação deve ser um trabalho contínuo do professor/educador. A avaliação não pode mais ser encarada como um medidor, estanque e frio que calcula o conhecimento e o resume em uma nota. Avaliar faz parte de um processo bem mais amplo e complexo, o processo de construção do conhecimento.

A avaliação deve ser desmistificada, deixando de ser temida pelos alunos e uma arma nas

mãos dos professores, mas um espelho que nos mostra a realidade do processo de ensino-aprendizagem, onde professor e alunos são avaliados ao mesmo tempo.

A avaliação transcende as quatro paredes da sala de aula. Avalia-se a instituição, avaliam-se as secretárias e o próprio Ministério deve ser avaliado. Visto que avaliar e apontar direções, caminhos que devem ser seguidos visando a melhoria da Educação em todas as suas ramificações.

REFERÊNCIAS

DEPRESBITERIS, Léa. Revista da Aprendizagem. Instrumentos de avaliação: A necessidade de conjugar técnica e procedimentos éticos. P. 38-39, 2007.

DUBET, François. O que é uma escola justa? A escola das oportunidades. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra. 11ª edição, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.175 p.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. Editora Cortez. São Paulo, SP. 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar estudos e proposições. 14.Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor**. Profissionalização e Razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TARDIF, Maurice**. Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ZEICHNER, Kenneth M. Para além da divisão entre professor-pesquisador e pesquisador acadêmico In: GERALDI, Corinta M.; FIORENTINI, Dario & PEREIRA, Elisabete M. (orgs.) Cartografia do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a). Campinas, Mercado de Letras?ABL, 1998. pp. 207-236.

[1] Licenciada em Pedagogia. Especialista em Psicomotricidade e Gestão escolar.

[2] Licenciado em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional e Mestre em Ciências da Educação. Vinculado à Universidad Americana. *Email*: salatielrocha@yahoo.com.br